**NORMAS PARA PUBLICAÇÃO**

**dA REVISTA PGE - VOL. 16 - EDIÇÃO DE 2019**

A Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo é publicação anual, que se destina à publicação da produção técnico-científica dos Procuradores do Estado, de seus residentes jurídicos e outros integrantes da comunidade jurídica (juízes, membros do Ministério Público, advogados públicos e privados, etc.).

Podem ser submetidos à avaliação para publicação:

I - artigos, ensaios e outros trabalhos doutrinários relacionados ao conhecimento jurídico;

II - pareceres;

III - trabalhos forenses desenvolvidos pela Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo;

IV - comentários sobre precedentes e decisões persuasivas; e

V - resenhas ou traduções de artigos, ensaios ou livros jurídicos.

A submissão pode ser feita mediante encaminhamento de arquivo “.doc”, “.docx” ou “.rtf” para o e-mail para o endereço “cei@pge.es.gov.br”. Os nomes dos autores, a sua qualificação pessoal (titulação, ocupação profissional, instituição a que se vincula, etc.) e os seus respectivos contatos devem ser registrados no corpo do e-mail. Não poderá haver no arquivo contendo o trabalho nenhuma indicação da autoria. Além do arquivo com o trabalho, o(s) autor(res) deverá(ão) encaminhar, no mesmo e-mail, TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS AUTORAIS (Anexo).

Os trabalhos serão avaliados pelo sistema “duplo cego” (*double blind peer review*), mediante a distribuição dos textos (sem a indicação da autoria) a consultores (pareceristas ad hoc), cujos pareceres serão, posteriormente, submetidos ao Conselho Editorial da Revista. O procedimento utilizado para análise e aprovação dos artigos confere maior independência e imparcialidade ao processo de seleção de trabalhos.

Não serão aceitos os trabalhos que não obedecerem às normas e às instruções aprovadas pelo Conselho Editorial, dispostas a seguir.

Os parágrafos devem ser alinhados à esquerda, não devendo ser utilizados recuos, deslocamentos, espaçamentos antes ou depois, nem o tabulador <TAB> para determinar os parágrafos: o próprio <ENTER> já determina, automaticamente, a sua abertura.

Os parágrafos devem ter entrelinha 1,5; as margens superior e inferior 2,5 cm e as laterais 3,0 cm.

A formatação do tamanho do papel deve ser A4.

Como fonte, deve-se usar Arial, corpo 12.

Todo destaque que se queira dar ao texto deve ser feito com o uso de itálico.

Não deve ser usado o **negrito** ou o sublinhado.

Os trabalhos deverão ter entre 15 e 25 laudas.

O texto propriamente dito do artigo deverá conter:

I - introdução ou apresentação do problema;

II - corpo do trabalho com desenvolvimento livre;

III - conclusões;

IV - referências bibliográficas.

As citações deverão obedecer às normas estabelecidas na NBR 10520/2002 da ABNT.

As tabelas deverão ser confeccionadas com recursos próprios do editor de texto utilizado pelo autor.

Todas as citações deverão aparecer ao final do texto nas referências, em ordem alfabética.

As referências deverão ser feitas de acordo com a NBR 6023/ 2002 da ABNT.

Uma referência básica deve conter: sobrenome do autor em letras maiúsculas; *vírgula*; nome do autor em letras minúsculas; *ponto*; título da obra em itálico; *ponto*; número da edição (a partir da segunda); *ponto;* local; *dois pontos;* editora (não usar a palavra editora); *vírgula;* ano da publicação; *ponto,* como no exemplo a seguir:



As citações e as referências são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

As referências legislativas ou jurisprudenciais devem conter todos os dados necessários para sua adequada identificação e localização. Em citações de sites de internet, deve-se indicar expressamente, entre parênteses, a data de acesso.

Os trabalhos deverão ser precedidos de um Sumário, no qual deverão constar os itens com até três dígitos, como no exemplo:



Poderão ser destacadas as palavras–chave (palavras ou expressões que expressem as ideias centrais do texto), que possam facilitar posterior pesquisa ao trabalho, conforme exemplo a seguir:



Não serão devidos direitos autorais ou qualquer outro tipo de remuneração pela publicação dos trabalhos na Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo, em qualquer tipo de mídia impressa (papel) ou eletrônica (internet, *CD-ROM, e-book* etc.).

Os trabalhos que não se ativerem às normas previstas nesta resolução serão devolvidos a seus autores, que poderão reenviá-los, desde que efetuadas as modificações necessárias.

A seleção dos trabalhos para publicação é de competência do Conselho Editorial.

Os trabalhos recebidos e não publicados não serão devolvi­dos, podendo ser utilizados em edição futura.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Editorial.

O Conselho Editorial se reserva o direito de publicar ou não qualquer dos artigos recebidos, mediante critérios por ele fixados para maior clareza e compreensão, sem interferência no significado do texto. Os originais não serão devolvidos, podendo ser utilizados em edição futura.

**TERMO DE CESSÃO GRATUITA
DE DIREITOS AUTORAIS**

(\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_) autoriza o CENTRO DE ESTUDOS E INFORMAÇÕES JURÍDICAS DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO a publicar, na Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo (RPGES), o trabalho de sua autoria intitulado (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).

Submete-se, igualmente, ao disposto no Regulamento da Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo (RPGES), aprovado pela Resolução nº 203/2005.

Em consequência, firma o presente termo de cessão gratuita de direitos autorais, referente ao supracitado trabalho, reservando-se somente a observância relativa à propriedade intelectual.

Declara, ainda, serem de sua inteira responsabilidade as ideias e os conceitos nele emitidos, bem como manifesta concordância com as correções necessárias a critério do Conselho Editorial.

(\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), (\_\_\_) de (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_) de 2019.

(\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)

ASSINATURA